

O DESENVOLVIMENTO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) NO ENSINO SUPERIOR DE 2001 A 2024

THE DEVELOPMENT OF THE NATIONAL EDUCATION PLAN (PNE) IN HIGHER EDUCATION FROM 2001 TO 2024

Recebido em: 30/10/2025

Aceito em: 30/04/2026

Publicado em: 31/05/2026

Angélica Martins da Silva¹ 
Universidade Católica de Brasília

Resumo: O presente estudo refletiu sobre o Plano Nacional de Educação no ano de 2001 a 2024. O objetivo geral foi analisar o desenvolvimento do PNE de 2001 a 2024. Os objetivos específicos foram identificar o contexto do PNE, verificar os avanços no PNE nesse período na educação superior e demonstrar os desafios para desenvolver o PNE na educação superior de 2001 a 2024. A metodologia possuiu a abordagem qualitativa com os objetivos da pesquisa exploratória através dos procedimentos da pesquisa bibliográfica. O levantamento bibliográfico foi no Portal de Periódicos e no Banco de Teses da CAPES. Seleccionadas 11 produções científicas. A Análise de Conteúdo foi usada na análise dos dados. Os resultados constataram o contexto do PNE perante o projeto de lei n.º 8035/2010 e a Lei n.º 13.005/2014. Avanços com as ações de parlamentares, a inclusão social, acesso à educação superior e o alcance parcial dos objetivos. Os desafios abordam a graduação na área da tecnologia, efetivação da inclusão social, estados brasileiros, setor privado, PEC 241/2016, assimetrias nas instituições, incentivo no âmbito privado e avaliação institucional. Nas considerações finais, foi argumentado que pesquisas futuras analisem PNE na educação superior com uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Educacional; Ensino Superior; Plano Nacional de Educação.

Abstract: This study reflected on the National Education Plan from 2001 to 2024. The general objective was to analyze the development of the PNE from 2001 to 2024. The specific objectives were to identify the context of the PNE, verify the advances in the PNE in this period in higher education and demonstrate the challenges to develop the PNE in higher education from 2001 to 2024. The methodology had a qualitative approach with the objectives of exploratory research through bibliographic research procedures. The bibliographic survey was in the Periodicals Portal and in the CAPES Theses Bank. Eleven scientific productions were selected. Content Analysis was used in the data analysis. The results confirmed the context of the PNE in the face of bill no. 8035/2010 and Law no. 13.005/2014. Advances with the actions of parliamentarians, social inclusion, access to higher education and the partial achievement of the objectives. The challenges address undergraduate studies in the area of technology, implementation of social inclusion, Brazilian states, private sector, PEC 241/2016, asymmetries in institutions, incentives in the private sector and institutional evaluation. In the final considerations, it was argued that future research should analyze PNE in higher education with empirical research in higher education institutions.

Keywords: Educational; Higher Education; National Education Plan.

INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social que contém como enfoque a instauração das potências e capacidades das pessoas, a prática pautada em reflexões fundamentais para todos os indivíduos, as ações para humanizar e propiciar aos educandos aprenderem saberes nas instituições de ensino (Dias, 2023).

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação *Mestrado em Inovação em Comunicação e Economia Criativa* da Universidade Católica de Brasília. Brasil, Distrito Federal, Brasília. E-mail: amartinssilva01@gmail.com



Na educação encontramos níveis educacionais, sendo um desses níveis a educação superior. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional (LDB), a educação superior acontece em instituições superiores educacionais do âmbito público ou privado (Brasil, 1996). Para desenvolvê-la, foi estabelecido o Plano Nacional de Educação (PNE). Esse plano contém diretrizes, metas e estratégias, sendo que:

O PNE representou para a sociedade e os entes federativos referência fundamental para as políticas educacionais, expressas em 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, as diretrizes tratam dos macro objetivos voltados à melhoria da educação brasileira, as metas delimitam patamares educacionais concretos que devem ser alcançados e as estratégias constituem os meios, finalidades, para que o planejamento das políticas públicas, alcance a consolidação das diretrizes (Silva; Lima, 2024, p. 219).

O Plano Nacional de Educação é significativo, porque permite ações satisfatórias em prol da aprendizagem dos distintos estudantes (Andriola; Araújo, 2017). Conforme as ponderações dos parágrafos anteriores, o trabalho respondeu ao seguinte problema de pesquisa: de que modo aconteceu o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação na educação superior, perpassando o ano de 2001 a 2024?

O objetivo geral do trabalho foi analisar o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação Superior do ano de 2001 a 2024. Os objetivos específicos foram identificar o contexto do PNE, verificar os avanços decorrentes do Plano Nacional de Educação na educação superior de acordo com esse período e demonstrar os desafios para desenvolver o PNE na educação superior que advém desses anos. O referencial teórico foi composto por Bonamigo *et al.* (2012), Souza (2014), Minto (2018), Bassi (2021), Carreira e Heringer (2024) e Segatto, Oliveira e Silva (2024).

A pesquisa possui sua validade, pois as fontes usadas são confiáveis. Os artigos foram retirados de periódicos científicos com qualidades contidos no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as teses e dissertações no Banco de Tese e Dissertações da CAPES.

O estudo contém sua importância em decorrência dos potenciais resultados deste trabalho perpassarem o contexto, os avanços e os desafios do PNE. Esse fato poderá possibilitar futuras metas e diretrizes com maior qualidade no âmbito da educação superior, de modo a fortalecer o ensino superior.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia conteve a abordagem da pesquisa qualitativa. Nessa abordagem, ocorre o aprofundamento no campo das significações e não são utilizados elementos estatísticos para



sua construção (Minayo, 2009). O presente trabalho foi uma pesquisa qualitativa, porque analisou os dados perante o mundo dos significados e não usou a estatística.

Em seus objetivos, foi caracterizada como uma pesquisa exploratória. É uma pesquisa que busca explorar algo sobre um tema que não contou ainda com descobertas (Lösch; Rambo; Ferreira, 2023). Tal pesquisa foi usada em decorrência de explorar o desenvolvimento do PNE em prol de novas descobertas relacionadas ao ensino superior.

Nos seus procedimentos, foi uma pesquisa bibliográfica. De acordo com Brito, Oliveira e Silva (2021) esse tipo de pesquisa permitiu novas constatações científicas através de saberes que advêm das produções científicas. O presente estudo foi uma pesquisa bibliográfica, pois os dados foram originados de teses, dissertações e artigos científicos.

A coleta de dados foi concretizada com o levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e no Banco de Tese e Dissertações da CAPES em prol de que materiais científicos que contivessem relação com a presente pesquisa fossem encontrados.

No Portal de Periódicos da CAPES foram digitadas as palavras de busca “Plano Nacional de Educação” e “ensino superior” e foram encontrados 10 trabalhos. Depois foram digitadas as palavras de busca “PNE” e “ensino superior” e foram descobertas 3 produções científicas. No portal, ao total, foram encontrados 13 materiais.

No Banco de Tese e Dissertações da CAPES foram digitadas as palavras de buscas a seguir com o operador booleano AND: “Plano Nacional de Educação” AND “ensino superior”. Foram encontradas 395 produções científicas. Após, as seguintes palavras de busca e o operador booleano AND foram digitados: “PNE” AND “ensino superior”. Foram descobertos 118 trabalhos. Nesse banco, ao total, foram encontradas 513 produções científicas.

Com os materiais do Portal de Periódicos da CAPES e do Banco de Tese e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior foram encontrados ao total 526 trabalhos. Para selecionar os materiais a serem usados, foram estabelecidos os critérios de inclusão e os critérios de exclusão.

Os critérios de inclusão foram a produção científica abordar sobre “desenvolvimento do Plano Nacional de Educação na educação superior”, não ser duplicada e conter acesso aberto. Os critérios de exclusão foram o material não abordar sobre “desenvolvimento do Plano Nacional de Educação na educação superior” e/ou ser duplicado e/ou não conter acesso aberto. Com base nesses critérios, foram selecionados 10 trabalhos, sendo 2 teses, 1 dissertação e 7



artigos científicos. As características de cada material selecionado estão descritas a seguir no Quadro 1.

Quadro 1 – Características de cada produção científica selecionada.

Autor/es	Ano	Tipo	Título
Antunes	2012	Artigo	Avaliação do ensino superior no Brasil e o plano nacional de educação 2001-2010
Bechi	2013	Dissertação	O financiamento da educação superior: uma análise do PNE 2001-2010
Silva	2015	Tese	O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024
Afonso e Gonzalez	2016	Artigo	A graduação tecnológica no Ensino Superior brasileiro e no PNE 2014-2024
Carvalho	2018	Tese	O PNE e as universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento
Gaidargi-Garutti	2021	Artigo	Inclusão Social na Universidade: o Plano Nacional de Educação e as metas para o Ensino Superior
Silva	2021	Artigo	O Ensino Superior no Plano Nacional de Educação 2014/ 2024
Azevedo e Caseiro	2022	Artigo	A qualidade da oferta e do acesso ao ensino superior de graduação no brasil segundo as estratégias das metas 12 e 13 do plano nacional de educação
Duarte; Rocha e Lima	2022	Artigo	O Plano Nacional de Educação (PNE) e o ensino superior entre as regiões brasileiras
Miotti, Bittencourt e Franca	2024	Artigo	Plano Nacional de Educação 2014-2024: resultados e desafios no ensino superior

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados foram analisados com a Análise de Conteúdo. Esse tipo de análise, conforme Valle e Ferreira, “corresponde a um conjunto de técnicas por meio das quais se pode analisar um grupo de dados. É bastante utilizada nas pesquisas qualitativa [...] por se tratar de uma forma muito eficaz de se compreenderem os conteúdos nem sempre manifestados de um discurso” (Valle; Ferreira, 2025, p. 1).

De acordo com a Análise de Conteúdo, os dados encontrados foram agrupados em categorias conforme a similaridade entre eles. Assim, surgiram três categorias, sendo, “conjuntura”, “progressos” e “adversidades”. Os materiais contidos em cada categoria foram descritos abaixo no Quadro 2.

Quadro 2 – As três categorias com as produções acadêmicas utilizadas em cada categoria.

Categoria	Produções acadêmicas
Conjuntura	-O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024 - O financiamento da educação superior: uma análise do PNE 2001-2010
Progressos	- O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024



	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão Social na Universidade: o Plano Nacional de Educação e as metas para o Ensino Superior - A qualidade da oferta e do acesso ao ensino superior de graduação no Brasil segundo as estratégias das metas 12 e 13 do plano nacional de educação - Plano Nacional de Educação 2014-2024: resultados e desafios no ensino superior
Adversidades	<ul style="list-style-type: none"> - Inclusão Social na Universidade: o Plano Nacional de Educação e as metas para o Ensino Superior - O PNE e as universidades estaduais brasileiras: assimetrias institucionais, expansão e financiamento - A graduação tecnológica no Ensino Superior brasileiro e no PNE 2014-2024 - Avaliação do ensino superior no Brasil e o plano nacional de educação 2001-2010 - Plano Nacional de Educação 2014-2024: resultados e desafios no ensino superior - O Plano Nacional de Educação (PNE) e o ensino superior entre as regiões brasileiras - O Ensino Superior no Plano Nacional de Educação 2014/ 2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A seguir em “Resultados e Discussão” foram apresentadas as considerações decorrentes destas categorias. De modo que, foi refletido sobre o contexto, os avanços e os desafios que advêm conforme o estabelecimento do Plano Nacional de Educação perante a educação do ensino superior, conforme a categoria analisada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categoria denominada “conjuntura” destacou o contexto que perpassa o Plano Nacional de Educação”. O Plano Nacional de Educação contém uma conjuntura para o seu desenvolvimento. O PNE teve uma versão com o projeto de lei n.º 8035/2010 aprovado e posteriormente uma nova versão com a Lei n.º 13.005/2014.

O projeto de lei n.º 8035/2010 propôs metas e diretrizes educacionais no Brasil, em que as diretrizes abordavam o analfabetismo, as diferenças, formação docente, valorizar o educador, sendo que:

- Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:
- I - Erradicação do analfabetismo;
 - II - Universalização do atendimento escolar;
 - III - Superação das desigualdades educacionais;
 - IV - Melhoria da qualidade do ensino;
 - V - Formação para o trabalho;
 - VI - Promoção da sustentabilidade socioambiental;
 - VII - Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
 - VIII - Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
 - IX - Valorização dos profissionais da educação; e
 - X - Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação (Brasil, 2010).



Depois que este projeto de lei foi aprovado, foi posteriormente modificado para a Lei n.º 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação que transcorreu em suas estratégias sobre o financiamento estudantil no ensino superior, de modo que:

ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2014).

Na presente categoria, foi percebido que houve distintas ações de investimentos públicos para a educação superior com diferentes fontes de recursos para as instituições de educação superior públicas e privadas com o Plano Nacional de Educação do período de 2001 a 2010 (Bechi, 2013).

Os autores Bonamigo *et al.* (2012) e Souza (2014) corroboram afirmando que neste período ocorreu o investimento em instituições do setor privado, mas o impacto e os efeitos do plano são considerados não positivos em consequência da sua implementação que não foi eficiente mesmo contendo muitas metas.

Ao comparar o projeto de lei 8035/2010 com a lei n.º 13.005/2014 as modificações aparecem “em especial no se relacionava ao financiamento da educação, à relação público e privado no ensino superior, às metas para a formação de professores e para o avanço do número de mestres e doutores na docência do ensino superior” (Silva, 2025, p.6). Essas transformações, refletem que o novo plano conteve uma quantidade significativa de ações na educação superior.

A categoria “progresso” refletiu sobre os avanços que advieram com o Plano Nacional de Educação na educação superior conforme o ano de 2001 a 2024. Nessa categoria foi notado que ocorreram ações de parlamentares para permitir a implementação do PNE no ano de 2014 perante ao ensino superior e tais atitudes eram parcimônias diante a vincular orçamentos em prol de investir na educação pública, assim, segundo o foco do governo na época (Silva, 2015). Essa atitude dos parlamentares foi algo significativo para garantir que esse plano pudesse abordar a educação superior.

Na inclusão social nas instituições de ensino superior perante o PNE e as metas para a educação superior, foi destacado que ocorreu a efetivação de determinadas metas (Gaidargi-Garutti, 2021). Relacionando com esses resultados, a produção científica de Bassi (2014) contém considerações afirmando que no Plano Nacional de Educação essas metas foram a meta



4 que permitiu um contexto educacional com inclusão e a meta 12 que ampliou as políticas para incluir educandos, assim, foram metas que consentiram os estudantes adentrarem no ensino superior.

A oferta em acessar a educação superior brasileira perante o PNE na meta 12 permitiu analisar a equidade e a meta 13 possibilitou analisar a qualidade na economia (Azevedo; Carneiro, 2022). Assim, contribuiu para o âmbito pluralista, social e econômico no nível da educação superior, de modo que:

uma perspectiva de qualidade cada vez mais pluralista e/ou da diversidade, resultante da composição abrangente de um mosaico de qualidade na educação superior englobando dimensões que representem tanto uma visão econômica quanto uma visão social, o que é mais condizente com as responsabilidades e desafios que se colocam para as políticas de educação superior da atualidade (Silva, 2015, p. 233-234).

O PNE alcançou de modo parcial os objetivos pretendidos para a superação da meta de titulação dos educadores e da não igualdade na oferta do ensino na educação superior, desse modo, os objetivos foram amenizados ao decorrer do desenvolvimento do plano (Miotti; Bittencourt; Franca, 2024). No trabalho de Carvalho e Oliveira (2022) foi argumentado que algo que poderia comprometer o desenvolvimento desses objetivos seriam as políticas econômicas de austeridade.

Na categoria “adversidades” foram demonstrados os desafios no desenvolvimento do Plano Nacional de Educação, no período de 2001 a 2024, perante a educação superior. Nessa categoria foi percebido que na graduação na área da tecnologia perante ao PNE de 2014 a 2024 ocorreu o agrupamento de metas e estratégias que precisavam de maiores cuidados perante ao já relatado no projeto de lei 8035/2010 e isso permitiu que não fosse realizado um planejamento voltado para os âmbitos que continham índices adequados ou porcentagens de crescimento boas nessa mesma ocasião (Afonso; Gonzalez, 2016).

Diante do analisado anteriormente, foi notado que a graduação no campo da tecnologia poderia abarcar um desenvolvimento contínuo ao decorrer do Plano Nacional de Educação se fossem considerados elementos que já estavam com um crescimento progressivo deste o plano anterior.

Perante incluir de modo social nas instituições de ensino superior, perpassando o PNE que decorre da lei n.º 13.005/2014 com as metas para a educação superior, foi afirmado que mesmo com a maioria das metas cumpridas, não ocorreu sua efetivação de modo total em prol da inclusão social de educandos nesse âmbito do ensino (Gaidargi-Garutti, 2021).

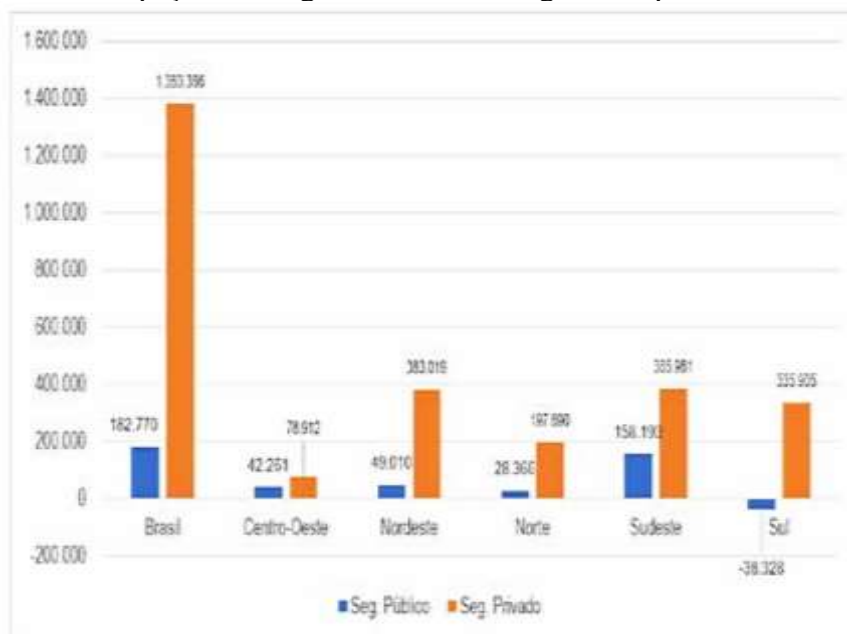


Tais resultados constatados no parágrafo anterior dialogam com o estudo de Carreira e Heringer (2024) que constataram a existência de avanços com o plano, mas ocorreu a não suficiência na inclusão social das pessoas que não possuem acesso a instituições de ensino superior.

Foi constatado que perante expandir o número de matrículas na educação superior e ampliar o financiamento com as instituições de ensino superior contribuindo de modo satisfatório com a meta 12 e a meta 18 que pode estar ocorrendo limitações na efetividade da participação dos estados brasileiros através das suas instituições de ensino superior alcançarem as metas da educação superior brasileira (Carvalho, 2018). Segatto, Oliveira e Silva (2024) corroboram afirmando que no PNE houve a não homogeneidade entre os estados com a carência de normas brasileiras que estabelecem a colaboração entre eles.

A participação do segmento privado em expandir as matrículas nas regiões brasileiras foi efetivada com um crescimento pequeno de matrículas nesse segmento em relação ao crescimento maior que era esperado, assim, esse fato demonstrou a não facilidade de expandir o segmento privado e isso ocasionou um crescimento não elevado de matrículas (Duarte; Rocha; Lima, 2022) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação nos segmentos com as regiões no período de 2012 a 2019.



Fonte: Duarte, Rocha e Lima (2022, p.10).

Conforme o Gráfico 1 foi percebido que a região Centro-Oeste conteve o menor crescimento na educação superior de acordo com as metas e estratégias do Plano Nacional de



Educação. Desta forma, é uma região que está dentro dos desafios perante as ações do PNE para a educação superior.

Além disso, por meio ao desenvolvimento do Plano Nacional de Educação do ano de 2014 a 2024 foi instaurada a PEC 241/2016 que contém como foco o limite em 20 anos para aumentar gastos e essa ação poderia investimentos educacionais, já que, ao investir em ações públicas quando foi dividido por estudantes brasileiros foi comprovado que o país ficava no quinto lugar dos não melhores de acordo a Organização da Cooperação e Desenvolvimento Econômico e era um projeto de lei não foi desenvolvido com foco em não aumentar a diferenças nos investimentos por regiões (Silva, 2021).

Conforme abordado no parágrafo anterior, foi percebido que quando ocorre a democratização do ensino na educação superior e não há o investimento educacional, consequentemente não se permitirá a qualidade na educação (Silva, 2021). De acordo com as reflexões anteriores, Rossi e Deweck (2016) ponderam em seu trabalho sobre PEC 241/2016 que iria diminuir gastos e impediria o desenvolvimento na educação.

Com relação ao plano Nacional de Educação e às instituições estaduais de educação superior brasileiras, foi percebido que ocorreram assimetrias entre elas em conjunto com as suas expansões e o seu financiamento, de modo que:

Portanto, defende-se como tese que, embora as UEs integrem a mesma categoria administrativa sendo “universidades públicas estaduais”, elas se constituem por um conjunto de IES marcado por assimetrias institucionais em diversos aspectos: quanto à sua arquitetura de organização espacial; quanto às características de oferta das suas matrículas de graduação; quanto à titulação de seu corpo docente; quanto à oferta e atuação na pós-graduação stricto sensu; quanto às suas regulamentações normativas; quanto ao seu financiamento; quanto aos seus desafios de expansão perante as metas do PNE (2014-2024) para a educação superior. Este estudo compreende que essas assimetrias identificadas no conjunto das UEs são decorrentes, principalmente, do fato de elas possuírem contextos muito distintos quanto à sua criação, estruturação e funcionamento e por estarem subordinadas a mantenedores (estados da federação) e regulamentações acadêmicas, institucionais e capacidade financeira distintos (Carvalho, 2018, p. 37-38).

No Plano Nacional de Educação no período de 2014 a 2024 os desafios permeiam se a escolha com assertiva foi incentivar o aumento da educação superior pelo âmbito privado, porque houve a meta de ampliar a quantidade de estudantes nas instituições superiores de educação com as políticas como o Programa Universidade para Todos focando nas instituições privadas (Miotti; Bittencourt; Franca, 2024).

Dialogando com as considerações anteriores, foi notado um aumento das instituições privadas na educação superior e o foco em expandir as instituições públicas na educação



superior para ocorrer a igualdade entre distintas instituições (Duarte; Rocha; Lima, 2022). Minto (2018) corroboram afirmando que o PNE favorece a educação superior privada e suaviza o aumento de estudantes na educação superior público.

Na avaliação do ensino na educação superior brasileira perante ao PNE no ano de 2001 a 2010 foi constatado que o Plano Nacional de Educação possuiu a meta de aumentar a quantidade de vagas na educação superior com um ensino que fosse satisfatório, mas, tal foco foi desafiador por meio do sistema de avaliação governamental precisar manter equilíbrio do arquétipo satisfatório pretendido e o aumento das vagas nas instituições superiores privadas (Antunes, 2012). Assim, um entrave perante o contexto do desenvolvimento do setor privado segundo as considerações do PNE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do trabalho foi analisar o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação Superior do ano de 2001 a 2024. Os objetivos específicos foram identificar o contexto do PNE, verificar os avanços decorrentes do Plano Nacional de Educação na educação superior de acordo com esse período e demonstrar os desafios para desenvolver o PNE na educação superior que advém desses anos.

No contexto do PNE, foi constatada a conjuntura do plano por intermédio das distinções nas ações do projeto de lei n.º 8035/2010 e a Lei n.º 13.005/2014. Os avanços no Plano Nacional de Educação na educação superior de acordo do ano de 2001 a 2024 perante as ações de parlamentares para implementar o PNE em 2014, a inclusão social nas instituições de ensino superior, ao acesso à educação superior com a meta 12 e 13 e com o alcance parcial dos objetivos pretendidos para superar a meta de titulação dos professores e desigualdade na oferta do ensino na educação superior.

Os desafios no desenvolvimento do PNE entre 2001 a 2024 são perante a escolha sobre continuação de âmbitos que vinham crescendo na graduação na área da tecnologia, a inclusão social de modo total na educação superior, os limites na participação dos estados do Brasil perante ao desenvolvimento das suas instituições de ensino superior e expansão de modo facilitado do setor privado o estabelecimento da PEC 241/2016, não simetrias entre o PNE e as instituições estaduais de educação superior brasileiras, o incentivo em aumentar a educação superior privada e na avaliação do ensino na educação com a manutenção do modelo adequado almejado e o aumento de vagas no âmbito privado. Dessa forma, os objetivos propostos foram atingidos.

O presente estudo conteve limites em sua realização, pois o problema de pesquisa perpassou o desenvolvimento do PNE até ano de 2024 e não abordou o estabelecimento desse plano perante ao ano de 2025. Ademais, em futuras pesquisas é sugerido usem outro método diferente do usado no presente estudo, de modo que, analisem o desenvolvimento do Plano Nacional de Educação no Ensino Superior efetivando uma pesquisa empírica em instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. M. M.; GONZALEZ, W. R. C. A graduação tecnológica no Ensino Superior brasileiro e no PNE 2014-2024. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, [S. l.], v. 13, n. 33, p. 199–216, 2016. DOI: 10.5935/2238-1279.20160068PDFDisponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/2405>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANDRIOLA, W. B.; ARAÚJO, C. A. Importância do Plano Nacional De Educação (PNE) para o aprimoramento das escolas. **Revista Eletrônica ACTA SAPIENTIA**, v. 4, n. 1, p.1-16, 2017. Disponível em: <https://actasapientia.com.br/index.php/acsa/article/view/21>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ANTUNES, M. M. Avaliação do ensino superior no Brasil e o plano nacional de educação 2001-2010. **Revista de Educação PUC-Campinas**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 39–47, 2012. DOI: 10.24220/2318-0870v16n1a42. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/42>. Acesso em: 29 abr. 2025.

AZEVEDO, A. R.; CASEIRO, L. C. Z. A. qualidade da oferta e do acesso ao ensino superior de graduação no brasil segundo as estratégias das metas 12 e 13 do plano nacional de educação. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais: estratégias do Plano Nacional de Educação II**. v. 6, abr. 2022. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5385>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BASSI, T. M. S. A inclusão na educação superior: acesso e permanência de estudantes com deficiência em instituições de ensino superior públicas. **Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 2, n. 8, p. e28660, 2021. DOI: 10.47820/recima21.v2i8.660. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/660>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BECHI, D. **O financiamento da educação superior**: uma análise do PNE 2001-2010. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/793>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.



BRASIL. Projeto de lei n. 8035 de 15 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010.

BRITO, A. P. G.; OLIVEIRA, G. S.; SILVA, B. A. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos Fucamp**, v. 20, n.44, p.1-15, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2354>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BONAMIGO, C. A.; CORREA, C. M. A.; FAENELLO, D.; RAHIER, D. L.; NEPOMUCENO, F.; KUNZ, M; História da educação básica brasileira: uma avaliação do Plano Nacional de Educação PNE 2001-2010. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9, 2012, Caxias do Sul, RS. **Anais [...]**. Caxias do Sul: RS. Disponível em: <https://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/436/35>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARREIRA, D.; HERINGER, R. Balanço do PNE (2014-2024): As políticas de ação afirmativa na educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, p. e10593, 2024. DOI: 10.18222/eae.v35.10593. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10593>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARVALHO, R. R. S.; OLIVEIRA, J. F. Expansão e qualidade da educação superior: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 27, n. 2, p. 227-247, maio 2022. DOI: 10.1590/s1414-40772022000200002. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772022000200227&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARVALHO, R. R. S. **O PNE e as universidades estaduais brasileiras**: assimetrias institucionais, expansão e financiamento. 387f. 2018. Tese. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6577093. Acesso em: 15 abr. 2025.

DIAS, E. A. A educação e a escola: para que servem as escolas. **Ensaio: avaliação em políticas públicas na educação**, v.31, n.120, p. 621 – 629, jul./set. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/g96pfWK6JM8KrvMdN3TKHGQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DUARTE, M. M. M. S. T.; ROCHA, M. A.; LIMA, F. S. O Plano Nacional de Educação (PNE) e o ensino superior entre as regiões brasileiras. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 20, n. 58, p. 1-13, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.13068. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/13068>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GAIDARGI-GARUTTI, A. M. M. Inclusão social na universidade: o Plano Nacional de Educação e as metas para o ensino superior. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1519–



1533, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1599. Disponível em:
https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1599. Acesso em: 29 abr. 2025.

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 1-18, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, p.9-30, 2009.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-17, 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gqC8fgq6CzxBNjwsxQBrhdm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2025.

MIOTTI, G. L.; BITTENCOURT, H. R.; FRANCA, M. T. A. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Resultados e desafios no ensino superior: **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, p.1-27, 2024. DOI: 10.18222/ae.v35.10569. Disponível em:
<https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/10569>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ROSSI, P.; DWECK, P. Os impactos do novo regime fiscal na saúde e na educação. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n.12, p. 1-5, dez. 2016. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/jXPKhnYnvR4BtZ4LcHDkm4M/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SEGATTO, C. I.; OLIVEIRA, K.; SILVA, A. L. N. A. OS LIMITES DO PNE (2014-2024) NO REGIME DE COLABORAÇÃO. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 35, p. 1-18, 2024. DOI: 10.18222/ae.v35.10549. Disponível em
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-68312024000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 15 abr. 2025.

SILVA, C. V. G.; LIMA, P. G. O Plano Nacional de Educação (PNE): origem e concepções. *In: COLÓQUIOS DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO*, 4, 2023, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos: SP, 2023. Disponível em:
<https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/download/1082/1280/4026>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, G. **O ensino superior na tramitação do Plano Nacional de Educação – 2014-2024**. 2015. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015. Disponível em https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2962862. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, M. M. O Ensino Superior no Plano Nacional de Educação 2014/2024. **Revista Territórios**, v. 3, n. 3, p. 213-223, mar. 2021. Disponível em:
<https://www.revistaterritorios.com.br/copy-of-edicoes>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUZA, D. B. Avaliações finais sobre o PNE 2001-2010 e preliminares do PNE 2014-2024. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 59, p. 104–170, 2014. DOI: 10.18222/ae255920143001. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/ae/article/view/3001>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VALLE, P. R. D.; FERREIRA, J. L. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**. v. 41, p.1-21, 2025. DOI: 10.1590/0102-469849377. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

